



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de Ribeirão Preto**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Ribeirão Preto, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de Ribeirão Preto, objeto deste documento.



Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de Ribeirão Preto**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise. Cada uma delas se alinha a questões referentes às sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário;

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes utilizadas consistem, principalmente, das versões mais recentes de bancos de dados públicos como os mantidos por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando a produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A população da região, fortemente concentrada na cidade de Ribeirão Preto (lar de (49,0% do total), alcança 1.436.428 habitantes, que se distribuem por 25 municípios. Isso equivale a 3,1% do total estadual (45.919.049 moradores). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (1,2%) é 39,4% superior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (0,8%) e o 3º mais elevado entre todas as regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição assemelhada na comparação região-estado, mas regionalmente subrepresentada entre as mulheres de 40 a 65 anos e sobrerrepresentada entre as jovens de 25-34 anos e entre homens nos grupos de 20 a 39 anos. Isso influencia a disponibilidade da população economicamente ativa (PEA) e, conseqüentemente, a dinâmica econômica e a natureza dos serviços públicos mais demandados.

Complementarmente, tem-se que a razão de sexos (98 homens/100 mulheres) é a 11ª maior do estado, ante a 23ª maior razão de dependência, métrica que indica a presença de 43 jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos. O índice de envelhecimento (53 idosos/100 jovens) é equivalente ao



restante do estado, o que a torna a 18ª mais envelhecida do Estado de São Paulo.

A respeito da taxa de fecundidade regional, esta se mostra reduzida (1,49 filho/mulher), sendo cerca de 11% inferior à média estadual (1,68) e a menor dentre todas as regiões paulistas. Distributivamente, a fecundidade atinge ápice entre as mulheres de 20 a 29 anos, padrão equivalente ao estadual. A combinação de fecundidade total abaixo do nível de reposição populacional (2,1 filhos/mulher) e baixa participação de grupos etários formados por crianças e adolescentes na pirâmide etária é indicativo de possível dificuldade futura de suprimento interno à região de mão-de-obra em idade economicamente ativa.

Por fim, a semelhança nas pirâmides etárias contribui para que as taxas brutas de mortalidade (TBM) regional (6,5 óbitos/1.000 habitantes) e estadual (6,6) se situem em patamares próximos. A maior presença de adultos jovens na região de Ribeirão Preto pode ajudar a explicar a mortalidade regional ligeiramente menor, dado que tal grupo tende a ser menos vulnerável às principais causas de mortalidade observadas: doenças dos aparelhos circulatório e respiratório, bem como de neoplasmas.

Em termos de grupos etários, nota-se a mortalidade é menor na região para os homens

entre 15-34 anos ao mesmo tempo em que se verifica alta sobreposição nas curvas de mortalidade feminina, com exceção dos grupos entre 0 a 9 anos e 15 a 19 anos (maior no estado) e 10 a 14 anos (maior na região).

Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região de Ribeirão Preto, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A esse respeito, a região apresenta, na comparação com o estado, números equivalentes de matrícula por docente em todas as etapas dos ensinos fundamental e médio. Pode-se caracterizar a região como um local dependente do ensino público, uma vez que a rede pública concentra, em cada etapa da Educação Básica, não menos do que 75% das matrículas totais.

Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio e de que exista baixa variedade de cursos federais na região, a

qual engloba apenas 5 dos 22 eixos temáticos, a saber, automação (123 inscritos, ou 28,4% do total), química (112, ou 25,9%), gestão e negócios (78, ou 18,0%), elétrica (66, ou 15,2%) e mecânica (54, ou 12,5%), cujas presenças podem indicar demandas específicas da região de Ribeirão Preto.

Quanto aos dados mais atuais do IDEB (2019), 88,0% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, frente ao nível também elevado de 89,3% no estado. Embora a menor capacidade de cumprimento da meta se dê nos anos finais do ensino fundamental, o maior descompasso na comparação região-estado, ocorre em seus anos iniciais, etapa em que a participação dos municípios com baixa performance no total regional (60,0%) é 41,2% superior ao padrão observado no conjunto do Estado de São Paulo (42,5%). Por outro lado, em relação ao ensino médio, nota-se que a participação dos municípios da região com notas abaixo da meta (12,0%) é cerca de 56,8% menor do que aquilo observado no estado (27,8%).

Isso não significa automaticamente, porém, que a qualidade aferida no ensino médio seja superior, uma vez que as metas são heterogêneas e definidas para cada localidade bem como para cada etapa de ensino de modo isolado. Na realidade, um olhar mais

aprofundado indica que, segundo os 2 indicadores-chave do IDEB – fluxo escolar e médias de desempenho em avaliações – as médias do ensino médio são inferiores (4,5, na região, e 4,1, no estado) quando confrontadas com às do ensino fundamental em seus anos iniciais (6,3 e 6,5) e finais (5,1 em ambos).

Por fim, o ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado (97,4% das matrículas) e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados à área de negócios, administração e direito (44% ante 31% no estado). Por outro lado, mostram-se marcadamente subrepresentados os cursos das áreas de engenharia, produção e construção (10% ante 15% no estado) e de saúde e bem-estar (13% ante 17%).

A região possui 15 instituições de ensino superior (3 públicas e 12 privadas), sendo 1 universidade, 4 centros universitários e 10 faculdades. Vale ressaltar que a maioria das matrículas se dá na modalidade não-presencial (57,4%, ou 40.697 matrículas), padrão distinto daquele verificado para o conjunto do estado (26,4%, ou 589.051) o que mostra que o ensino superior à distância está em estágio mais avançado de adoção na região.

2.3 Características da área de saúde

Os 25 municípios da região respondem por cerca de 6,1% (ou 5.286) do total de 86.020 estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Assim sendo, a região se mostra sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (3,1%, ou 1.436.428 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se ênfase na rede ambulatorial de média complexidade, que representa mais de 2/3 dos estabelecimentos de saúde na região de Ribeirão Preto (68,2%). Tal participação se mostra 9% superior ao índice estadual (62,6%), padrão que não volta a se repetir para nenhum outro grupo de estabelecimentos de saúde.

Com relação às unidades ambulatoriais de média complexidade, vale ainda enfatizar que quase todas as 3.607 existentes na região (ou 99,7%) referem-se a equipamentos das redes municipais de saúde, distribuição consonante ao observado no conjunto do estado (99,3%).

Apesar da boa oferta de estabelecimentos de saúde quando comparada às demais áreas do estado, a região de Ribeirão Preto se encontra subequipada quanto à disponibilidade, por 100.000 habitantes, de leitos em UTI (-17,2%). Já para ventiladores pulmonares (+16,0%) e leitos de internação hospitalar (+8,9%) ela está sobre-equipada. Os 3 equipamentos se

mostram essenciais no enfrentamento da pandemia de COVID-19 e a indisponibilidade de algum deles evidencia gargalo importante.

As causas mais comuns de internação na região foram gravidez, parto e puerpério (grupo XV), doenças do aparelho circulatório (IX), lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (XIX) e doenças do aparelho digestivo (XI). Comparativamente, deve-se destacar a participação de doenças do sistema nervoso (+27,3%) e das complicações durante a gravidez, parto e puerpério (XV) no total de internações (-24,3%). A sub-representação observada para este segundo grupo pode estar relacionada à menor fecundidade observada na região de Ribeirão Preto.

Em relação ao perfil de mortalidade dos 25 municípios da região de Ribeirão Preto, nota-se alta participação de doenças do aparelho circulatório (IX) e do aparelho respiratório (X), bem como de neoplasmas (II), nos óbitos registrados. Nos extremos da comparação região-estado, há sobrerrepresentação (+46,6%) de doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários (III) bem como a sub-representação (-40,9%) de sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte.

2.4 Características da Assistência Social

A região apresenta volume de equipamentos de serviços públicos proporcionalmente superior à sua representação populacional. Embora a análise não explicita diretamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos, a cobertura na região é coerente. A região possui 41 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 15 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respondendo por cerca de 3,6% e 5,0%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no Estado de São Paulo. Há ainda 2 unidades dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), 614 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência e 56 Unidades de Acolhimento, equipamento público destinado ao acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 93.177 famílias cadastradas no Cadastro Único (2,2% do total estadual), a região possui um perfil diversificado que abrange quilombolas, agricultores familiares, famílias em assentamentos de reforma agrária, catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua. Dentre todas essas classificações de famílias cadastradas no

CadÚnico, o dado que se destaca é que a região de Ribeirão Preto responde por 5,1% das famílias em assentamentos de reforma agrária presentes no CadÚnico, percentual 63,9% superior à participação demográfica da região no total estadual. A constatação desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

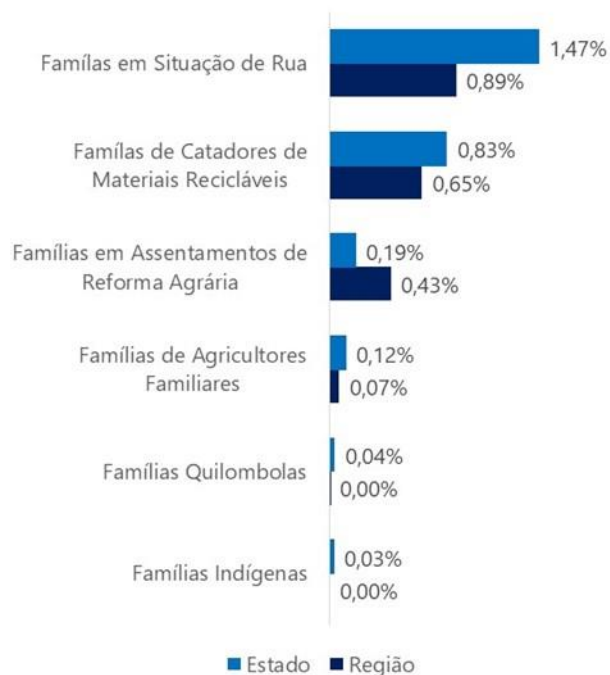


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação ao CadÚnico e à pobreza, a região de Ribeirão Preto possui -27,9% cadastrados que a média das demais regiões. A situação da extrema pobreza também é, comparativamente, menos crítica, uma vez que o contingente

populacional vivendo em tal situação de vulnerabilidade é 21,5% menor na região ante o Estado de São Paulo. Ressalta-se, porém, que tal situação não deve ser superestimada, dado que 6,8% da população total da região se encontra em situação de extrema pobreza.

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos da região recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família (7,7% das famílias). A região ocupa posição inferior (25º lugar) no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica menor vulnerabilidade socioeconômica na região quando comparada às demais regiões paulistas.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia de COVID-19, é o auxílio emergencial. Ribeirão Preto ocupa a 15ª posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que 8,4% da sua população é recebedora do auxílio emergencial (ante média estadual de 9%).

Como consequência histórica da infraestrutura social disponível para a população, a região

apresenta, tanto para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)², níveis próximos para as dimensões educação, longevidade e renda quando comparadas à média paulista. Frente às demais regiões de articuladores, ela se situa em patamar elevado (7ª posição) para as dimensões longevidade e renda, porém em situação inferiorizada (22ª colocação) na dimensão educação. Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração deles nos grupos equitativo, em transição e dinâmicos, apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como dinâmicas. Em contrapartida, ao se comparar com o estado, a população regional residente em municípios classificados como desiguais se mostra extremamente reduzida.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

A análise do PIB revela particularidades dos indicadores regionais frente aos do Estado e das demais regiões de articuladores. Ademais, um olhar sobre o PIB intrarregional evidencia

² O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

que os municípios pertencentes à região de Ribeirão Preto são extremamente diferentes, com certas localidades podendo ser consideradas ricas e outras pobres. Tal discrepância indica que o desempenho econômico não pode ser unicamente explicado por fatores geográficos e que há potencial de crescimento na região, caso municípios com baixa geração de riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

Embora apresente PIB per capita de apenas 88,0% do valor médio do estado, verifica-se que, na comparação com as demais regiões, Ribeirão Preto se trata de uma região em patamar superior de desenvolvimento econômico (8º lugar).

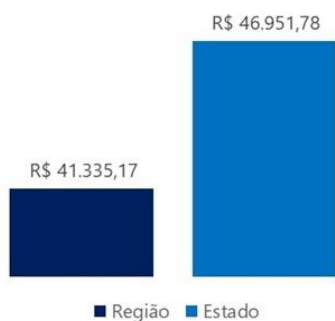


Figura 3: PIB per capita na região de Ribeirão Preto em comparação com a média estadual

A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional de Ribeirão Preto (+93,4%), demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica, que

tende a gerar menores valores de PIB per capita. Entretanto, ainda que regionalmente mais representativa, a participação da agropecuária na composição do PIB se dá em nível baixo (4,0% do total).

Além da vocação para a agropecuária, observam-se índices moderados de industrialização na região (21,0% do PIB), em patamar semelhante àquilo observado no restante do estado (21,2%). Dessa forma, há na indústria alternativa de agregação de valor para a cadeia produtiva iniciada na agropecuária.

Embora os setores de serviços e comércio sejam responsáveis pela maior parcela do PIB regional (64,2% da produção econômica), sua representatividade é ligeiramente menor em relação à média estadual (-4,3%). Por fim, chama a atenção a representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB (+12,4% ante o estado), o que indica a existência de oportunidade para que a iniciativa privada participe desenvolvimento econômico da região.



Figura 4: Composição do PIB setorial na região de Ribeirão Preto em comparação com o restante do Estado

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que Ribeirão Preto possui maior prevalência de micro- (+25,1%) e pequenas empresas (+13,3%) quando comparadas ao restante do estado, o que demonstra a importância de políticas que incentivem este tipo de empreendimento. A importância das MPEs para o total de vínculos varia entre 32,0% e 58,5%, sendo que a região se encontra em uma posição elevada (10ª), com 48,9% dos vínculos formais de emprego relacionados a MPEs. Verifica-se maior importância de grandes empresas na geração de vínculos empregatícios na região (39,0% do total). Ainda assim, as grandes empresas empregam, na média, menos pessoas do que no restante do estado (-15,6%).

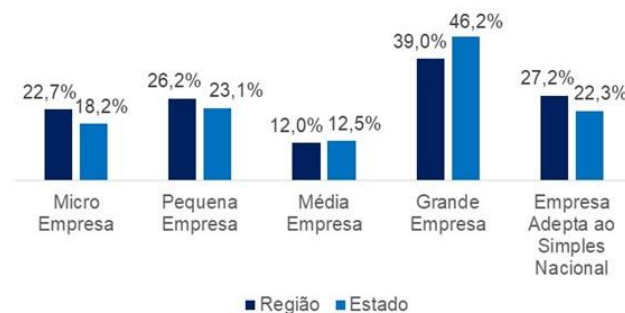


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Ribeirão Preto em comparação com o restante do Estado

Por se tratar de uma região com menor desenvolvimento econômico, o rendimento médio dos trabalhadores é inferior àquele observado no restante do estado, independentemente do porte da empresa. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores recebem o equivalente a 84,6% da média estadual. A região de Ribeirão Preto é a 12ª entre aquelas com maiores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB per capita na região (8º maior do estado).

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível baixo, quando comparado às demais regiões do



estado. Para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há 398,2 vínculos formais, o que indica uma formalidade superior (6ª colocação) frente às outras regiões.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do estado foi aferido o número total de registros ativos por região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos) e indicam que a região apresenta 90,4 MEIs registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos. Isso a situa em nível superior (8ª colocação) quando comparada às demais regiões de articuladores, cujos resultados variaram de 78, na região de Barretos, a 100, no município de São Paulo (Capital Leste somada à Capital Sul).

A análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais por atividade produtiva confirma que há vocação para o setor agropecuário. Nesse contexto, a atividade de maior destaque comparado é a fabricação e refino de açúcar (+538,3%), responsável por 6,7% do total de vínculos formais na região, mas por apenas 1,0% no conjunto do Estado de São Paulo. Esse padrão não se repete entre as MPEs, uma vez que estas estão ausentes da

atividade nos âmbitos regional e estadual. Possível explicação é o elevado montante necessário para a instalação de usinas sucroalcooleiras, o que pode funcionar como barreira à entrada de MPEs no mercado.

Outras atividades que combinam alta participação no total de vínculos formais na região e expressiva sobrerrepresentação ante o conjunto do estado são a (i) agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita (+143,7% no total e +121,9% entre MPEs), (ii) a manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (+101,0% no total e +73,0% entre MPEs) e (iii) a fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos (+94,5% no total e +62,5% entre MPEs).

Vale ressaltar a potencial sinergia existente entre as atividades supracitadas, a qual permitiria abarcar os setores agrário, industrial e de serviços em uma única cadeia produtiva. Em outras palavras, tem-se, por um lado, a presença de atividades ligadas de maneira mais direta à produção rural, a saber a fabricação e o refino de açúcar bem como a agricultura, em si. Por outro lado, encontram-se aquelas indiretamente relacionadas à agropecuária, mas com potencial de geração de ganhos de produtividade ao produtor rural, a saber a fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos – atividade de caráter industrial – e a manutenção, reparação e instalação de tais



instrumentos, atividade do setor de serviços. A existência regional de tais atividades que englobam setores diversos da economia permite reter regionalmente maior parcela das receitas advindas da cadeia produtiva iniciada na produção rural.

3.4 Atividades econômicas

Na região existe grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (60,6%), que em sua maioria aderem ao programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal (Pronaf). Entre os 5.710 estabelecimentos agrícolas registrados nos 25 municípios da região de Ribeirão Preto, 2.099 (36,8%) aderiram ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), número 8,8% superior ao restante do estado (33,8%).

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre sua vocação agrária e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo. Nesse sentido, é possível constatar que a produção de lavouras temporárias é a atividade predominante com a participação de 2.221 estabelecimentos (38,9%), o que indica participação relativa 120,1% maior do que aquela observada no conjunto do Estado de São Paulo (17,7% do total). Também se destacam a pecuária e a criação de outros

animais (32,8% do total regional, ou -36,6% ante o estado), a produção de lavouras permanentes (16,8%, ou +6,2%) e a horticultura e floricultura (8,7%, ou -21,7%).

3.5 Associativismo e assessoria técnica para estabelecimentos

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 47,1% aderem a algum tipo de associação, em especial a cooperativas (89,9%, ou 2.416 propriedades), seguidas pelas entidades de classe (22,7%, ou 611 estabelecimentos). A expressiva aderência dos agricultores a algum tipo de associação coloca a região de Ribeirão Preto na 5ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 52,7% dos estabelecimentos agrícolas da região têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, as cooperativas (47,8% do total) e a assessoria própria (38,2%). É importante ressaltar, ainda, a baixa participação da assessoria proveniente do Sistema S (1%) e a sub-representação ante o conjunto do estado dos governos federal, estadual e municipal (-14,3%), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

3.6 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico a situação no Estado de São Paulo é a seguinte: (i) aumento da taxa de desocupação, (ii) estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), (iii) redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, (iv) redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, (v) aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, (vi) redução da taxa de informalidade e (vii) impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Na região de Ribeirão Preto, os dados para o período de janeiro a julho de 2020 revelam que houve perda de 5.692 vagas formais na região. Considerando-se apenas os meses mais críticos – de março a junho – a região apresentou saldo negativo de -12.983 vagas no quadrimestre. Vale ressaltar que o momento de maior supressão de empregos no ano se deu nos meses de abril e maio (-11.248 vagas), período de grandes incertezas, maiores restrições às atividades e que antecedeu a implementação pelo governo paulista do Plano São Paulo para convívio com a pandemia, algo ocorrido a partir do mês de junho. Já nesse mês

houve queda de 90% na intensidade do saldo negativo de vagas (-424 vagas ante -4.342, em maio) seguida de reversão, em julho, da tendência de maiores desligamentos observada desde março de 2020.

Estruturalmente, tem-se que as MPEs foram mais afetadas (-6,3%), mesmo que em menor proporção do que a média estadual (-10,7%). Por outro lado, o nível de empregos se viu menos impactado nas empresas médias e grandes tanto na região, onde chegaram, inclusive a apontar tendência positiva (+1,0%), quanto em âmbito estadual (-2,9%). De qualquer forma, o menor impacto da crise na economia regional pode ser explicado em grande parte pelas vocações econômicas que direcionam a economia regional para a agropecuária e indústria e a tornam comparativamente menos dependente de comércio e serviços, setores que foram mais afetados pela diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia .

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A região ostenta a 9ª maior receita per capita dentre as regiões de articuladores analisadas, porém em nível 2,2% abaixo da média estadual (R\$ 3.823,81 ante R\$ 3.910,65) e com grande heterogeneidade entre os 25 municípios. Por

sua vez uma característica comum às cidades da região é a dependência de receitas obtidas por meio de transferências, com maior participação no total do que as receitas próprias. A esse respeito, o conjunto das 25 cidades apresenta participação 31,7% menor das receitas próprias do que a média do Estado de São Paulo.

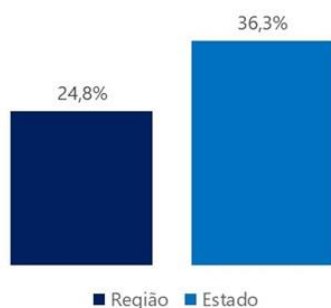


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, os padrões da região e do conjunto do estado são semelhantes e apontam para uma maior importância das transferências estaduais ante as federais. As distribuições se dão, entretanto, em patamares distintos, uma vez que há, na região, menor concentração (-6,7%) em transferências estaduais (45,6% ante 48,9%) e nível maior de participação (+7,6%) de transferências federais (33,5% ante 31,1%).

Do ponto de vista das despesas a região de Ribeirão Preto tem um valor de gastos per capita (R\$ 3.126,50) 5,8% inferior ao restante

do estado de São Paulo (R\$ 3.317,68), algo condizente às menores receitas por habitante da região. Em comparação às demais regiões, as despesas per capita se situam em patamar elevado (9ª posição).

Na análise do perfil de gastos, percebe-se menores despesas do que o conjunto paulista nas dimensões Educação (-8,2%), Assistência Social (-1,6%) e, especialmente, Agricultura (-50,2%). Nas demais áreas, tais como transportes e urbanismo – aqui agregadas como ‘Outras’ – o patamar regional (47,5%) é ligeiramente superior (+2,0%) à média paulista (46,5%). Há ainda sobrerepresentação da Saúde (+5,7%) nas despesas regionais.

De modo complementar, a região despende +20,9% com pessoal como proporção da receita corrente líquida (RCL) ante a totalidade do estado. Isso exerce impacto direto na classificação dos municípios segundo o respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Vale destacar, que 19 dentre os 25 municípios (ou 76,0% deles) estão em conformidade à LRF, enquanto 1 se encontra acima do limite prudencial (54% da RCL destinadas a gastos com pessoal), 1 está acima do limite de alerta (>57%), 1 está acima do limite máximo (>60%) e outros 3 não disponibilizaram informações comparáveis, o que impede a sua classificação.

Os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) municipais mostram que a região possui proporções de municípios com nota final CAPAG no nível A (8,0%) levemente inferior às demais áreas do estado (9,9%). Ao se analisar cada indicador CAPAG separadamente, tem-se que a região de Ribeirão Preto possui uma distribuição de notas de endividamento assemelhada àquela do estado, com predominância em ambas (>80%) da classificação mais alta (A). Padrão similar ocorre para as notas de liquidez, embora com menor participação dos municípios com nota máxima (56,0%, na região, e 55,3% no estado). Entretanto, para o indicador de poupança corrente, tanto a região (16,0%) quanto o estado (17,1%) abrigam baixo percentual de municípios classificados na mais alta categoria. Em linhas gerais, verifica-se, pois, a existência de possível gargalo para a saúde financeira dos municípios da região atrelado à relação desfavorável de receitas e despesas correntes. Soma-se a isso fato de que 8 cidades (32,0% do total) não disponibilizaram dados completos que permitissem sua classificação, o que gerou importante lacuna informacional.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

Existe enorme discrepância na sua implementação, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal as torne mandatória tendem a gerar maior

implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como Saúde (exigência do SUS), Educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Ainda assim, notam-se diferenças entre elas já que planos setoriais são praticamente onipresentes para as 2 primeiras áreas ao passo que estão em vigor em apenas 28,0% das localidades da região quando o tema sob análise é a Assistência Social.

Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres (0% das cidades) e segurança alimentar (8,0%). De modo complementar há ainda setores como Resíduos Sólidos (planejado em 76,0% das cidades) e Habitação (36,0%) que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social). Por fim, também merecem menção o maior planejamento das áreas de Desenvolvimento Urbano (+35,1%) e Cultura (+33,3%) na comparação região-estado.

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa tendem a sobressair quanto ao associativismo territorial, como é o caso da Saúde. Líder tanto nacional quanto em âmbito estadual na participação de municípios em consórcios, a Saúde apresenta taxa de consorciamento 19,7% superior na comparação da região de Ribeirão Preto ante o estado (ou 44,0% ante 36,7%).

Também têm algum destaque no total de municípios regionalmente consorciados as áreas de Cultura (12,0% dos municípios), Transporte (12,0%) e Desenvolvimento Urbano (16,0%). Por outro lado, chama atenção a sub-representação regional ante o restante do Estado de São Paulo das áreas de Saneamento Básico (-60,9%) e de Manejo de Resíduos Sólidos (-74,2%), o que contradiz determinação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União estejam consorciadas. Nota-se, ainda, a ausência de cidades da região em consórcios nas demais áreas temáticas de políticas públicas analisadas, a saber: Gestão das Águas, Meio-ambiente, Habitação, Assistência e Desenvolvimento Social, Turismo e Educação.

Cerca de 64,0% dos municípios da região participam de ao menos 1 consórcio, de forma que ela é classificada apenas como a 13ª com

taxas mais elevadas nesse quesito. Nessas circunstâncias, a região de Ribeirão Preto possui, de forma geral, uma propensão ao consorciamento de +11,6% ante a média estadual (57,4%), ao menos para o agregado das áreas de políticas públicas analisadas. Um indicador desse tipo pode servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar quais estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

No caso da Lei Geral, ressaltando-se a defasagem dos dados (atualizados em 2014), há maior adesão na região de Ribeirão Preto ante o conjunto do Estado de São Paulo (+5,9%). O mesmo ocorre a respeito da Via Rápida Empresa (+10,4%) e do conjunto de Sala do Empreendedor e SEBRAE (+49,8%). Já na implantação de Políticas de Desenvolvimento, há sub-representação regional ante o estado (-42,7%). O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Em relação à performance comparada da



região em relação às demais, os dados revelam que Ribeirão Preto não se encontra entre as mais bem classificadas na implementação dos seguintes instrumentos de gestão local: (i) Lei Geral (17ª posição), (ii) Via Rápida Empresa (11ª) e (iii) Sala do Empreendedor (17ª). Já a respeito da presença do SEBRAE Aqui, a região se encontra na 8ª colocação. Esses tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue. Pela ótica da desburocratização (+67,1%), do uso do poder de compras (+29,0%) e dos agentes de desenvolvimento (+32,3%) a região se encontra mais presente no estágio mais avançado em relação ao conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, na Rede Simples região e estado estão em patamar semelhante de implementação e inexistem cidades em estágio avançado.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo

potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença de mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, mostra-se relevante que o SEBRAE-SP contribua na



capacitação das prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que exista a possibilidade de sua expansão uma vez que 25% das prefeituras não organizam feiras municipais. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto,

mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária relativa às compras governamentais, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras e há alta frequência a cursos de atualização e de capacitação no Tribunal de Contas do Estado.

Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de Ribeirão Preto, há espaço para evolução no processo de compras, em especial devido a que 8,9% das compras são realizadas por meio de dispensa de licitação. É importante salientar que, infelizmente, as informações disponíveis trazem elevada proporção do tipo “outros/não aplicável”, impossibilitando a identificação do mecanismo de implementação das compras para parcela significativa das aquisições (70,8%).

Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação, a dispensa de licitação também é prática recorrente (11,7%). Observa-se, porém, o uso preponderante do pregão eletrônico (70,0%) e menor parcela de aquisições do tipo “outros/não aplicável” (15,2%), o que é positivo. Por fim, nota-se espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de

alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é levemente inferior à média estadual.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa primária de inclusão produtiva mostrou um universo de respondentes diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades



existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos

incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região de Ribeirão Preto, a maioria dos gestores municipais (68,0%) ou relata não haver diagnósticos ou estudos sobre desafios da inclusão produtiva ou não soube responder a pergunta. Destaca-se que a participação municipal em ações para a geração de trabalho e renda (72,0%) é superior do que em projetos de inclusão produtiva rural (40,0%). Há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas.

No campo das ações de inclusão produtiva rural, as cidades investem mais na compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE e PAA, seguida de ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos



agrícolas, daquelas de fomento a empreendimentos coletivos rurais e das ações de assistência técnica, o que se relaciona com o manejo da própria atividade agrícola e da gestão do empreendimento.

Nas iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, atividades amplamente desenvolvidas (68,0% das cidades), chama a atenção que 24,0% das localidades não possuem iniciativas. Na área da inclusão produtiva urbana, o fomento a atividades produtivas (artesanato ou empreendimentos individuais ou coletivos urbanos) e a assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais) assumem destaque. Já as ações de incubação de negócios e as ações de apoio logístico como doação de equipamentos são menos frequentes na região de Ribeirão Preto.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a maioria das cidades da região desenvolve esse tipo de ação (60,0% das cidades). Destaque para o fato de que todas as cidades da região que participam de ações na área dispõem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, são inexistentes as ações de acesso a crédito do Proger urbano, ante penetração de 9,1% no conjunto de municípios do Estado de São Paulo.

Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é disseminada na região, mas 28,0% das cidades ainda não possuem iniciativas nesse campo. O foco das ações parece bem equilibrado ao incorporar tanto projetos de comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários quanto de apoio ao associativismo, ao cooperativismo e à economia solidária.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Ribeirão Preto, mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, ainda que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas na área, o que indica espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações finais

Considerando-se a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Ribeirão Preto é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura,

as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Inicialmente, há que se ressaltar que todas as análises apresentadas ao longo deste relatório tomam por base uma região de porte intermediário em termos do número de municípios que a compõe (25 cidades, ou 3,9% do total) mas menos expressiva quanto à participação de sua população no total paulista (1.436.428 habitantes, ou 3,1% do total paulista). Distributivamente, a população se encontra fortemente concentrada em seu maior município – Ribeirão Preto – onde vivem 49,0% dos moradores da região.
2. Importância de considerar-se a participação de pequenos municípios na região (24,0% até 10 mil habitantes), o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica. Nesse caso, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas de forma a que se possa gerar economias de escala.
3. População com um nível de envelhecimento equivalente à média estadual (53 idosos/100 jovens). Populações mais envelhecidas afetam a disponibilidade da PEA e, conseqüentemente, tendem a influenciar a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.
4. Em termos da estrutura etária, as razões de dependência calculadas para a região de Ribeirão Preto e para o restante do estado são equivalentes. Entretanto, verifica-se sobrerrepresentação regional entre grupos jovens, em particular para mulheres entre 25-34 anos e, especialmente, para os homens entre 20-39 anos. Esse descolamento entre as curvas regional e estadual para esses grupos etários pode ser indicativo do potencial de atração exercido pela região sobre eles.
5. Educação básica majoritariamente pública. Nos ensinos fundamental – tanto em seus anos iniciais quanto nos finais – e médio, as médias de matrículas por docente na região são equivalentes às estaduais. Isso não se repete quanto às creches, educação infantil e pré-escolas, em que se nota subutilização dos recursos humanos de docentes comparativamente às médias estaduais.
6. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando a avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais. Vale ressaltar que, atualmente, existe oferta de cursos técnicos federais na região para apenas 5 dos 22 eixos temáticos. Dentre os cursos ausentes na

região chama a atenção a dos eixos agrícola, alimentício e agroindustrial, dada a importância da agropecuária para a economia regional. Isso indica importante gargalo a ser preenchido com vistas ao desenvolvimento econômico e ao aumento da produtividade regional.

7. Qualidade do ensino é um tema relevante. No ensino médio, as notas da região são superiores às do estado, mas ambas se situam em patamar baixo. Já no ensino fundamental, responsabilidade dos governos locais, as notas do IDEB são semelhantes às médias estaduais, porém levemente piores na região nos anos iniciais. Ressaltam-se as altas parcelas dos municípios da região que se encontram abaixo das metas locais do IDEB tanto no ensino médio (12,0%) quanto no ensino fundamental em seus anos iniciais (60,0%) e, principalmente, nos anos finais (88,0%). O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).
8. O ensino superior na região é significativamente dependente do setor

privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados às áreas de negócios, administração e direito (44% ante 31% no estado). É importante que se implementem políticas que aproveitem esse capital humano qualificado como indutor do desenvolvimento econômico em especial dado seu alto potencial de utilização nas áreas de agropecuária e indústria, vocações regionais.

9. Há forte adesão ao ensino superior oferecido na modalidade não presencial (57,4% das matrículas). Trata-se de padrão distinto e 116,7% acima daquele verificado para o conjunto do estado, o que mostra que o ensino superior à distância está em estágio mais avançado de adoção na região.
10. Estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de média complexidade (+9%). A região também se mostra sobre-equipada na média de leitos de internação por habitante e na disponibilidade de respiradores, porém subequipada na disponibilidade de leitos em UTI, o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19. Diante da tendência de envelhecimento da população, a saúde

pública parece ser uma área com desafios a serem enfrentados, ainda mais considerando-se que a demanda deva crescer no cenário pós-pandemia. O consorciamento se destaca como resposta essencial a ser construída ou aprofundada no enfrentamento dessa questão.

11. Vulnerabilidade social comparativamente menor em termos de população vivendo em extrema pobreza e de inscrições no CadÚnico. A respeito do IDHM, os números regionais são equivalentes à média estadual. No entanto, o PIB per capita mostra-se inferior à média estadual.
12. Assistência social se encontra proporcionalmente mais bem posicionada do que o restante do estado no quesito oferta de equipamentos públicos. A partir da análise da extrema pobreza na região, tem-se que a vulnerabilidade social é mais baixa. Também é mais baixa a penetração tanto do programa Bolsa Família quanto do auxílio emergencial quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo. Ainda assim, políticas de inclusão produtiva e de assistência social não deixam de ser importantes na região.
13. Há concentração de municípios nos grupos classificados pelo IPRS como equitativos,

em transição e dinâmicos, apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como dinâmicas. Isso ocorre por que justamente os 4 maiores municípios da região – Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboticabal e Monte Alto – lar de cerca de 66,6% da população regional, são classificados como dinâmicos. Em contrapartida, ao se comparar com o estado, a população residente em municípios classificados como desiguais se mostra extremamente reduzida.

14. Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
15. Economia regional com forte presença das atividades de comércio e serviços (64,2%). Entretanto, apesar de majoritária, tal participação se mostra comparativamente inferior (-4,3%) àquela evidenciada pela média do conjunto do Estado de São Paulo. A indústria também se mostra importante ao responder por 21,0% do PIB regional. Por outro lado, embora a participação no valor

agregado ao PIB seja menor na agropecuária (4,0% do total), o setor está em situação de superioridade quando comparado ao restante do estado, uma vez que sua participação é quase o dobro da média paulista (+93,4%). A compatibilização dessas vocações revela possíveis caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento e potencializar e diversificar esses setores.

16. No campo do desenvolvimento econômico, ainda que a região seja caracterizada pela presença da indústria de insumos básicos e pela agropecuária, com sobre-representação especial para as lavouras permanentes (+6,2% ante o estado) e temporárias (+120,1%), deveriam ser analisadas as possibilidades de conectar a modernização econômica às vocações regionais dominantes. Nesse sentido um possível segmento é representado pela indústria de fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos e pela manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, que empregam muitos trabalhadores na região e têm potencial de promover ganhos produtivos caso utilizados pelo setor agrário da região.

17. A análise do número de vínculos formais por atividade produtiva corrobora a avaliação de

que a região possui vocação para a agricultura (+143,7% ante o estado). Além desse destaque, vê-se na região de Ribeirão Preto o desenvolvimento da fabricação e refino de açúcar, que é responsável por 6,7% dos vínculos formais totais (+538,3% ante o estado) mas se encontra sub-representada entre as MPEs (-34,7%). Como mencionado, também merecem destaque a fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos (+94,5%) e a manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (+101,0%).

18. Participação maior de MEIs do que a média estadual no setor industrial, mas ligeiramente menor em serviços e comércio bem como no setor agropecuário. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão de obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.

19. Informalidade mais baixa na região, porém ainda com potencial de redução através da expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras.

20. Na comparação é possível observar que a proporção de cooperados na região de Ribeirão Preto é 25,2% maior do que a média do estado. Por outro lado, os demais tipos de associação têm participação bem mais reduzida na região, sendo sub-representadas ante o estado entre -18,9% (entidade de classe/sindicato) e -21,1% (associação de moradores).
21. Região comparativamente caracterizada por elevado nível de associativismo entre produtores rurais ante o restante do estado (5ª região paulista). Entretanto, nota-se que apenas entre cooperados a região está comparativamente sobrerrepresentada ante o estado (+25,2%). Além disso, o patamar de 47,1% de associativismo mostra ainda existir caminho aberto para incentivo a esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura familiar mostra o potencial para o apoio técnico a esses produtores e para o campo das compras governamentais.
22. Governos local, estadual e federal com menor atuação comparada entre os provedores de assistência técnica agropecuária (-14,3%). Sistema S com atuação quase ausente como provedor (1,0% da assistência) mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto às empresas. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnósticas demandas de apoio técnico.
23. A moderada penetração da assessoria técnica (52,7% dos estabelecimentos agrícolas) é ainda mais desafiadora para a agricultura familiar, a qual apresenta menores possibilidades de acesso à assessoria privada. Esta é justamente a 2ª principal fonte provedora de apoio técnico às atividades agrícolas observadas na região (38,2% do total financiada com recursos próprios), logo após as cooperativas, responsáveis por 47,8% da assistência fornecida.
24. Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPEs, mas a região se viu menos prejudicada do que o restante do Estado de São Paulo. Isso é possivelmente explicado por que regiões mais dependentes do setor de comércio e serviços foram as mais afetadas pela situação sanitária. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.

25. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com volumes menores de receitas advindas do governo federal, padrão similar ao observado no restante do Estado de São Paulo, também mais dependente das receitas estaduais. Percentual de receitas próprias abaixo da média do estado. Claramente devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.
26. Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar mais do que a média estadual (+20,9%), o que exerce pressão direta sobre a conformidade dos municípios aos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.
27. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números tendem a ser mais modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.
28. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.
29. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo fértil de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades), que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP. Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.

30. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Ponto de destaque na região de Ribeirão Preto é a sobre-representação ante o estado das áreas de Cultura (+72,0%), Transporte (+19,1%), Desenvolvimento Urbano (+11,0%) e Saúde (+19,7%). Há, portanto, oportunidade e abertura ao SEBRAE-SP na oferta de apoio técnico para a instalação e consolidação de consórcios.
31. A grande penetração de associações, cooperativas e grupos informais também indica a existência de espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.
32. Na região de Ribeirão Preto é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação. A compra de alimentos destinados à educação aponta, no entanto, que apesar de que a dispensa de licitação também seja prática recorrente, há uso preponderante do pregão eletrônico, o que é positivo. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.
33. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.
34. Ações de inclusão produtiva, seja considerando-se a opinião média dos municípios paulistas, seja baseando-se em dados secundários da região de Ribeirão Preto, mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, mesmo que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Paradoxalmente, é expressivo o número de cidades que desconhecem ou não dispõem de estudos ou diagnósticos sobre os desafios dessa área (68,0%). Dessa forma, há ainda espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de fomentar e qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.